

# VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 3 | Ano 2024

## EIXO TEMÁTICO: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO

**Mariângela C. Dezotti**

*Universidade de São Paulo*  
maridezotti@hotmail.com

### LUSOFONIA: efeitos da língua como imposição cultural

**Carla Biancha Angelucci**

*Universidade de São Paulo*  
b.angelucci@usp.br

*Lusophony: effects of language as a cultural imposition*

**Resumo:** O presente texto é fruto de pesquisa sobre os países lusófonos como campo de diálogo, do acesso à educação de alunos com deficiência, de 5 a 11 anos. Aponta a força de professores locais nas narrativas da pesquisa. A pesquisa qualitativa utiliza perguntas semiestruturadas em entrevistas via *Face book*. Aborda o direito de acesso ao currículo nas escolas públicas. As entrevistas envolveram professores do Brasil, Guiné-Bissau, Timor-Leste, São Tomé e Príncipe. Identificou-se as forças políticas históricas relacionadas à lusofonia, ao acesso a bens culturais e ao currículo por parte dos professores e alunos, assim como modos de naturalização dos processos de transposição linguística, assimilação, ocultamento dos idiomas maternos nos procedimentos educacionais (políticas, formação docente, práticas inclusivas) excludentes.

**Palavras-chave:** Lusofonia; acesso ao currículo; Políticas de educação.

**Abstract .** *This text is research on Portuguese-speaking countries as a field for dialogue, access to education for students with disabilities, aged 5 to 11. It points out the strength of local teachers in the research narratives. Qualitative research uses semi-structured questions in interviews via Facebook. Addresses the right of access to the curriculum in public schools. The interviews involved teachers from Brazil, Guinea-Bissau, Timor-Leste, São Tomé and Príncipe. The historical political forces related to Lusophony, access to cultural goods and the curriculum by teachers and students were identified, as well as ways of naturalizing the processes of linguistic transposition, assimilation, concealment of mother tongues in educational procedures (policies, training teaching, inclusive) exclusionary practices.*

**Keywords:** lusophony; access to the curriculum; education policies.

## 1. Introdução. A tese

O estudo aborda os estudos inclusivos, para alunos com deficiência em escolas públicas, com base em entrevistas e relatos de professores em escolas públicas do: Brasil, Guiné-Bissau, Timor-Leste, São Tomé e Príncipe. No caso deste texto, apresenta-se um recorte temático voltado a lusofonia e influência desta na formação de professores e acesso ao currículo, direito universal, que fica impactado por cultura e línguas que não são comuns às regiões. No diálogo com professores envolvidos no estudo observou-se as relações de poder entre ações internacionais, nacionais e as locais, pautadas pela força linguística. A pesquisa conectada a uma língua comum, em diferentes ambientes, ajudou a potencializar a reflexão para um contexto ampliado, ou seja, construir, localmente, uma visão global.

A língua oficial de um povo é definida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO, como: “língua utilizada no quadro das diversas atividades oficiais, legislativas, executivas e judiciais” (Martins, 2015, p. 10-11). Pensando assim, a língua em que circulam as informações oficiais, utilizadas por agentes de Estado e que, portanto, tem valor jurídico, pode não ser a mesma utilizada pela população. Seu uso pode estar relacionado ao grupo de pessoas que trabalham em repartições econômicas, políticas e legislativas. Esta condição coloca os falantes do português em posições de comando hierárquicos e decisões (Bernardes, 2015). A postura de hierarquização de pessoas com base na língua tem raízes históricas.

### 1.1. Língua portuguesa. As forças históricas da lusofonia

A herança da língua portuguesa, é uma marca colonial utilizada como fator de potência de articulação. A obrigatoriedade da comunicação em português servia a explícitos propósitos de controle e opressão, durante todo o período de dominação portuguesa, dos diferentes territórios ocupados. O uso das línguas nativas, desconhecidas pelos invasores, colocava-os em situação de fragilidade, daí sua proibição. A imprensa foi autorizada, não como veículo de expressão local, mas para impor as ideias da Corte, bem como as leis e disposições comerciais vindas de Portugal, para os portugueses residentes na colônia. De modo concomitante, buscava o aniquilamento da diversidade, das necessidades específicas das colônias, entre elas, a pluralidade linguística (Rocha-Trindade, 1988).

O atual estudo ressalta a importância a necessidade de manter os núcleos e estruturas das línguas maternas, uma forma de sustentação da identidade de cada território.

### 1.2. Língua portuguesa como controle do Estado

Aprofundando os mecanismos de controle português, os estudos de Bernardes (2015) apresentam estratégias, ao longo do texto, como: visitas de funcionários à Lisboa, para aprendizagem de competência no próprio posto de trabalho (on-the-job); missão diagnóstica, desenvolvida pelo gabinete de relações internacionais; assinatura de cooperações bienais, e recolha de informações sobre sistema de proteção de dados, da

Assembleia Republicana (Bernardes, 2015, p. 532). O que fica mais evidente no texto do autor é a dependência financeira e divergências linguísticas, no entendimento de ordenamento jurídico de um país. Na visita 60% dos deputados (que não recebiam salários) não falavam português, as reuniões decorram em crioulo e os documentos em português. (Bernardes, 2015, p. 532-533).

O modo de organização das ações voltadas a importação institucionais pode ser identificado como processos de supressão dos conhecimentos locais, cuja sobreposição organiza politicamente a vida de um agrupamento com postulantes inseridos como únicas verdades (Santos; Meneses, 2009). Salienta-se que estas formas perfeitas vêm atreladas à necessidade de organização de fazeres, de estruturas, dependentes de uma organização financeira, econômica organizacional e política. A língua portuguesa como construção do Estado provoca alterações nas instituições e indivíduos, pela importação de normas que correspondem a outras organizações políticas (Bernardes, 2015, p. 518-522).

Seria oportuno salientar que Timor-Leste é um país da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que está em uma região geográfica distinta (Oriente), em um local que vivencia a busca hegemônica traçada entre a Austrália e a Indonésia. Timor-Leste não opta pela influência direta de um só país, por exemplo, a tentativa de influência direta dos Estados Unidos e de países da Europa, mas faz uso de estratégia de política de segurança, evitando tomar partido de uma potência em detrimento de outra, buscando um equilíbrio, evitando que uma superpotência alcance a hegemonia, em uma situação de proteção (Ximenes, 2021, p. 4-5). Para se obter ideia do triângulo de interesses e acordos que envolvem o Timor-leste, apontamos na figura 1.

Sobre o estudo dos países lusófonos, são observadas duas posturas: primeira, a unificação dos países de forma externa e legislativamente de forma interna, e a segunda, uma postura de corte cultural e separação em oposição à tentativa de unificar internamente culturas e grupos linguísticos diferentes.

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO TIMOR-LESTE

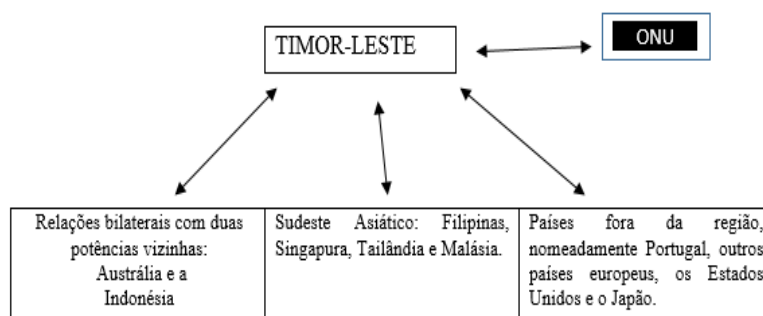


Figura 1-Fonte: Material organizado com base em (Ximenes, 2021).

Cardoso (2017), ao apontar os estudos sobre ciências sociais, nos países africanos de língua oficial portuguesa, reforça que “[...] as atividades de reflexão podem gerar pontos conexos que extravasam as fronteiras nacionais, como um diálogo com a produção intelectual e acadêmica” (Cardoso, 2017, p. 98). Pensar na possibilidade de diálogo com

base na língua abre questões relacionadas a compreensões intercontinentais entre: África, América do Sul, Europa e Ásia.

## 2. Língua portuguesa e o intercâmbio cultural como negociação

Segundo Martins (2015), os traçados de intercomunicação passam pelos movimentos migratórios de populações e de estudantes, em intercâmbio, no mesmo continente ou em países diversos; pela divulgação de estudos, cultura e trocas, inclusive de material humano, de professores e alunos, entre universidades; pela organização política, legal e administrativa. Assim, falar de lusofonia é tocar em interesses políticos, sociais e culturais (Martins, 2015). Tais interesses relacionam-se não apenas à história da colonização dos países lusófonos, mas na recuperação do “continente imaterial”: cultura, língua, saberes, que estes países carregam (Martins, 2015, p. 15).

O fato de ser lusófono não implica em unidade cultural dos povos, pois os locais de origem, a cultura em que se constituíram já existiam, de forma significativa e diversa, antes da colonização. Ou seja, o espaço cultural da lusofonia e a comunidade de sentidos, entre países lusófonos, só podem realizar-se pelo esforço intencional de articulação, a partir do reconhecimento da pluralidade.

Como proposta, uma das possibilidades foi buscar as ações inclusivas, desenvolvidas por professores da comunidade, alinhadas à necessidade de fazer pertencer seus alunos e que não, necessariamente, estão organizadas com base em recursos ou legislação. Um outro ponto, é pensar como as forças externas e da legislação podem impactar o que já existe no local.

No contexto atual, pensar localmente, identificando ações voltadas aos direitos humanos é uma postura consonante ao relatório “World report on disability” (Who, 2011).

É fato que existem diferentes contextos locais e culturais e que o território da lusofonia (Leandro, 2017) pode compor um espaço de geografia linguística ou experiência de uma língua comum, o português, para propor reflexões sobre um ambiente, no reconhecimento de culturas inclusivas e formulação de políticas voltadas em diversos cenários políticos e geográficos.

## 3. Metodologia e achados

Foram convidados a participar da pesquisa, professores de escola pública, que utilizavam o português como forma de comunicação e que possuíam em suas classes (ou escolas) alunos com deficiência. Os países selecionados foram: Brasil, Guiné-Bissau, Timor-Leste, São Tomé e Príncipe. O estudo contou com gravação de entrevista semiestruturada pela Plataforma Meet, com consentimento do Comitê de Ética da Plataforma Brasil. Para a aproximação de tais professores, foi inserido, no Face book, uma “carta-convite aberta”, com apresentação da pesquisa, direcionada a instituições e grupos de professores, nos diferentes países.

## 3.1 Brasil

O Brasil possui 170 línguas indígenas (ágrafas). Como apontado por Destri (2018), é possível pensar em uma vulnerabilidade da preservação da língua: “Diante da importância da escrita para a cultura ocidental, o fato de as línguas indígenas serem ágrafas contribui para sua vulnerabilidade” (Storto, 2019, p. 8; Destri, 2018, p. 79).

Em relação à hegemonia da língua portuguesa, percebe-se não só o apagamento das línguas dos povos originários, inclusive da Língua de Sinais indígenas que em geral não são mapeadas, e a inexistência da oferta de Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Jmas: Aqui perdemos a nossa língua materna, o Tupi. Não se faz mais um discurso na língua materna. Tem muitas palavras do nosso contexto que a gente utiliza. Foi feito um levantamento das palavras, para que se pudesse montar frases para que as pessoas pudessem trabalhar isso a partir da Educação Infantil, mas quando chega no Fundamental dois isso não é trabalhado.

Pesquisadora: Não existe a questão de nascer com uma língua indígena e depois aprender o português?

Jmas: Sim, não existe, mas palavras como o praiá, campeou, aió, catuará, são palavras que vêm do Tupi. Isso as pessoas utilizam muito. Eu trabalho português, inglês e uma parte do Tupi. Tem o registro da língua e a pronúncia, mas isso não é praticado fortemente (JMAS, 2023).

Vale destacar que a faculdade onde a entrevistada desenvolveu o curso de Pedagogia (em São Paulo) não possui formação intercultural. Como aluna viveu inúmeros receios, dada a diferença cultural e o apagamento dos saberes de sua comunidade de origem. Estar na cidade, marcada pela hegemonia dos saberes urbanos, ocidentais, descaracteriza as pessoas e os saberes das comunidades às quais pertencem.

Passei dois meses parada e em julho de 2023, surgiu uma oportunidade. Eu havia feito o inglês em São Paulo, o básico e avançado, e tinha uma professora de inglês para ser substituída e foi aí que fui convidada para atuar com as turmas de Fundamental II e EJA à noite. E já estou assim há 8 meses. Iniciei Psicopedagogia e especialização de Gestão Educação Intercultural Indígena, na UNEB, aqui em Pernambuco. Então tenho teoria e prática ao mesmo tempo (JMAS, 2023).

Os relatos sobre a aprendizagem da língua portuguesa, apagamento da língua tupi e a formação de professores surge de forma marcante nos diálogos.

## 3.2 Guiné-Bissau

O território geográfico da Guiné-Bissau tem uma população fixa em sua maioria em zonas menos populosas. Nestes espaços, encontramos uma distinção de grupos étnicos: bijagós, diúlas, fulas, mandingas, sossos, balantas, beafadas, felupes, manjacos, natus, papéis, crioulos, senegaleses, árabes, nigerianos, libaneses, mauritanos, liberianos (MOURÃO, 2009, p. 13; Dados Mundiais.com 2023). De todo esse grupo, 82% da população é representada pelos povos Fula, Balanta, Mandinga, Manjaco e Papel (Plano Setorial da Educação (2017-2025. Secretaria da Educação da Guiné-Bissau).

Quanto aos idiomas, podemos identificar uma divisão entre a população: crioulo (36,4%), fula (16,6%), balanta (14,6%), português (8,1%), malinke (6,9%), bambara (5,1%), mandyako (4,9%), outros (7,4%) (Dados Mundiais.com 2023; Freire, 2011, p. 49).

“O crioulo é considerado a língua nacional e é o meio de comunicação entre os diferentes grupos étnicos. O português, declarado língua oficial, é pouco falado e o seu uso limita-se aos meios oficiais e a um pequeno número de guineenses” (Plano Setorial da Educação.2017-2025, p. 5).

O ensino é realizado em português. Embora o crioulo seja usado, consistentemente, nas salas de aula, ele é considerado não oficialmente como uma língua padrão nos cursos escolares (Couto, Embaló, 2010; Namone; Timban, 2017; Timbane; Rezende, 2016).Conforme o Plano Setorial da Educação (2017-2025), da Secretaria da Educação da Guiné-Bissau: “O analfabetismo entre os indivíduos com 15 e mais anos de idade era de 49,8% em 2009, o que mostra que metade da população adulta não sabe ler nem escrever (Plano Setorial da Educação (2017-2025), da Secretaria da Educação da Guiné-Bissau, p. 5)”. Um dos fatores relacionados à alfabetização é o uso do português como primeira língua de ensino, em um país que não possui essa proximidade linguística nas diferentes comunidades.

Os dados estatísticos revelam que, na região rural da Guiné-Bissau, sete em cada dez das crianças não concluem o ciclo escolar (QUIMABÉ, 2022, p. 3). Também são observadas diferenças no conteúdo dos currículos e um êxodo dos jovens para continuar a formação em zonas urbanas (MANÉ; ABREU, 2021, P. 12; FURTADO, 2005, p. 420).

Segundo o relato de professores:

Na década de 1990, só havia escola árabe na nossa aldeia. Na nossa aldeia temos escolas madrassas e árabe. A nossa aldeia é mais tradicional, de religião islâmica. Expandiram a religião e desenvolveram a leitura do Corão. [...] fomos divididos, cada família escolhia um filho que pudesse vir estudar o português. [...] A criança sai de perto da família com 15 anos para buscar estudo (N’FA, professor, 2023). O crioulo tem sim, mas na nossa escola, não devemos escrever o crioulo. Escrevemos o português.Quem não conseguir saber a língua, não vai conseguir aprender a escrever. Quando estamos em casa, falamos a nossa própria língua, em vez de falar a língua portuguesa. É por isso que nossa língua tem mais força, e todo mundo fala sua língua, muito melhor que o português. (FALI, professor, 2023).

Lá nas tabancas, as crianças muitas delas nem se quer falam o crioulo, falam as línguas étnicas. Então o que acontece, quando o professor for colocado nessas tabancas, em que ele não fala a língua étnica local, ele fala apenas o português e o crioulo. Então o que acontece? Para explicar isso até é um pouco terrível né. O professor pede a um colega ou pessoa próxima da escola, para ao falar com o aluno, fazer a tradução. (FULARIM, professor,2023).

Temos quase 40 grupos étnicos e cada um fala seu dialeto materno. Portanto, a preocupação nesse momento é que os próprios professores que têm esse domínio e que devem usar seu conhecimento para se aproximar ao nível da língua daquela pessoa e se não for o caso deve procurar uma pessoa que saiba daquela língua para ser o interlocutor entre o interlocutor e essa criança. (CORCA, professor, 2023).

O Parlamento usa como comunicação a língua crioula, o que a coloca em ponto de destaque em relação às outras línguas. Uma distinção entre língua culta, oficial e que deve fazer com que as crianças possam ter chance de continuar os estudos e a língua comunitária, da família e entes queridos. Uma clara divisão entre escola e comunidade[...]. Não conseguem lidar com as deficiências deles, não têm vontade, não têm paciência. Não têm a paciência que o professor local tem. O professor local tem o dialeto da aldeia (dialeto Suko, diafada) (SIDADE, 2023).

Nos relatos, a prevalência do crioulo e do português fica explícita. Observa-se que a deficiência é equivocadamente associada a diferença linguística e falta de paciência do professor é apontada. Todo processo tem como consequência a exclusão dos alunos.

### 3.3. São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe era completamente inabitado, antes da chegada dos primeiros portugueses (Sanguin, 2014), um dos motivos pelo qual a ampla maioria da população fala português. Este país é caracterizado por ser o único país, na África, onde o português é a língua materna e a língua da maioria. Contudo, simultaneamente ao uso massivo do português, é possível identificar outras línguas como Santome, Lung'ie, Angolar e Kabuverdianu (Balduino; Bandeira; Freitas, 2022).

A política lusitana tinha como meta apagar a identidade étnica dos povos escravizados pela europeização da colônia e de seus habitantes. Escravos eram batizados e recebiam nomes portugueses, mulheres eram cedidas aos portugueses com a promessa de alforria dos filhos, sendo que estes alforriados, gerados nesta relação, detinham um status elevado dentro a sociedade local. Este grupo, então, passou a cooperar com a coroa portuguesa (Balduino; Bandeira; Freitas, 2022 p. 8126-8127).

O professor “Sh” ressaltou que estão pensando em alfabetizar em crioulo, como uma política pública atual, pois é usado nas comunidades, principalmente na zona rural.

Português todos falam, mas nós temos o nosso crioulo forro. Esses crioulos estão inseridos nessas comunidades, o que faz com que os alunos não consigam interpretar bem um ou outro conteúdo devido à influência das línguas que são faladas e o jeito que falam, e isso fica difícil (NG, professor, 2023).

Aqui em São Tomé todas as escolas usam o português. Ao tentar explicar, e usar o crioulo, nós muitas vezes usamos um outro aluno para explicar, principalmente o crioulo forro, (SBAS, professor, 2023).

### 3.4 Timor-Leste

A Constituição da República Democrática do Timor-Leste (2002), no Artigo 13, afirma como línguas oficiais o tétum e português. O povo foi obrigado a adotar o português, uma língua da época da invasão do Timor-Leste pela Indonésia.

Obsil vive em uma região longe da costa e da capital: “Eu falo português só um pouco. As línguas oficiais em Timor-Leste são tétum e português. Na sala, escrevo em português e depois eu explico em tétum” (OBSIL, professor 2023).

A língua portuguesa é utilizada como uma das duas línguas, além da Tétum. Porém na prática a utilização da língua portuguesa é muito menos quantidade, pois ela é uma das línguas muito difícil de aprender. Os livros nas escolas são escritos em português, mas os professores explicam em língua Tétum porque os alunos têm muito menos conhecimentos da língua portuguesa. Além de Língua oficial Tétum e Português, existem também mais de 30 línguas maternas que são utilizadas. Português é muito difícil de aprender, pois tem diferentes estruturas, gramaticais. Todos os cidadãos normalmente utilizar a língua Tétum nas suas conversas cotidianas (RAB, professor, 2023).

## 4. Campo de análise



Utilizando os estudos de Galtung (1990) a respeito da língua, observa-se a força de uma cultura em relação a outra, estabelecendo estratégias de poder e hierarquização:

Há um duplo aspecto: ser dessocializado longe de si mesmo cultura e ser ressocializado em outra cultura – como a proibição e imposição de línguas. Aquele não pressupõe o outro. Mas muitas vezes eles se reúnem em uma categoria de cidadania de segunda classe, onde o grupo sujeito (não necessariamente uma “minoría”) é forçado a expressar a cultura dominante e não a sua, pelo menos não em espaço público. O problema é, claro, que qualquer socialização de uma criança – na família, em escola, pela sociedade em geral – também é forçada, uma espécie de lavagem cerebral, não dar à criança escolha. Consequentemente, poderíamos chegar à conclusão (não tão rebuscada) de que a não-violência em relação à socialização é dar à criança uma escolha, por ex., oferecendo-lhe mais do que um idioma cultural (GALTUNG, 1990, p. 293. Tradução nossa).

Assim, na escola e em lugares públicos onde se observa a cultura cotidiana, o quesito da língua portuguesa ganha caráter de valor e boa formação, influenciando na conquista de posicionamentos e espaços de melhoria de vida.

O que se observa de forma comum, nos países de língua portuguesa mediados por esse estudo, é a existência de colonização e estruturas opressivas que ainda são parte das relações internacionais apesar da independência. O estudo atual demonstra, em parte, que esses países não tomaram o destino político, econômico e social em suas mãos (FANON, 2021, p.162).

Os processos de comunicação e de “se fazer dizer” de igual forma são organizados no grupo que é nomeado como “inclusão”, uma vez que continuam a serem recortados por pesquisas que tentam desagrupar, colocando em categorias, ou quando fazem parte da invisibilidade e silenciamento de um povo no Censos Demográficos e índices de saúde. A negociação nesses grupos e em suas bases (grupos locais), não alcançam os diálogos das estruturas nacionais de poder (Países do Sul), como apresentado na figura 2:

## NEGOCIAÇÃO LINGUÍSTICA E CULTURAL: ESTRUTURAS DE PODER.

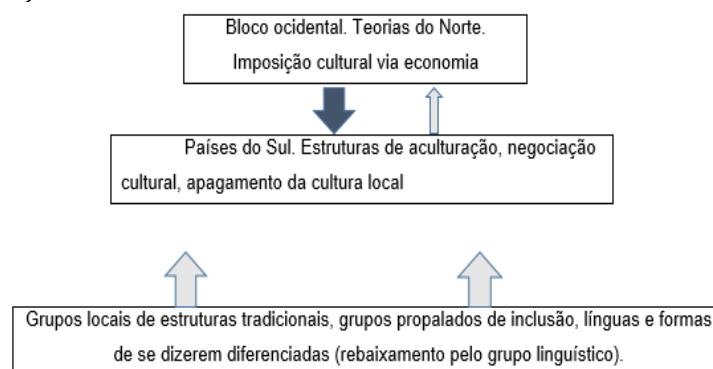


Figura 2- Fonte: Organizada pela autora: Estruturas adaptadas de Galtung (1990).

Há uma forte estrutura advinda do país colonizador, e uma baixa demanda de aceitação de formas de negociação para libertação do povo do pensamento do

colonizador. Também um afastamento da escuta do poder central da nação em relação às demandas das zonas periféricas, um apagamento das solicitações relacionadas a necessidades básicas.

## 5. Considerações Parciais

Pode-se observar que nem todos no país têm acesso às normativas (leis) pois a língua oficial é o português. A população utiliza outras línguas e idiomas, precisando de uma língua de apoio (tradutor) para acesso à informação. A rádio local é uma grande fomentadora de informação;

Crianças e professores conversam e dialogam em línguas diferentes. É necessária mediação linguística (estratégias de tradução) e do uso de uma língua comum;

O presente estudo aponta marcadores científicos que evidenciam que português não se configura como língua local das comunidades estudadas, mas como um “poder imaterial” não registrado, e, por isso, fadado à invisibilidade. Mais que isso, a imposição dessa língua como língua culta, língua de instrução e de veiculação das normativas, leva todas as outras a serem apresentadas como língua “do povo”, ocupando um lugar rebaixado, e é identificada com o indivíduo que não recebeu estudo, segundo os padrões impostos.

O direito a educação, acesso ao currículo e permanência na escola é impactado pelo campo linguístico, dependente de transposição linguísticas adequadas para toda a população.

Também cabe ressaltar a maneira como o terceiro setor, autorizado pelo governo, adentra o país e gera forças, sob o signo do altruísmo, em um jogo de silenciamento e/ou cooptação de lideranças locais, e manutenção da ausência de Estado. Apesar de ONGs, incluindo as portuguesas, estarem nos países estudados há muito tempo, não geram formação local ou estruturas permanentes, apoiadas nas diretrizes nacionais e nas demandas locais.

A pesquisa tomou o cuidado de selecionar professores locais em diferentes regiões, mas o fato de esta pesquisa, como tantas outras, utilizar o idioma português, como análise, retira do diálogo os falantes de línguas locais, sendo esse um ponto crítico dos estudos de países do Sul, para o Sul, as reflexões locais e a língua local podem ser silenciadas durante a reflexão, por falta de acesso e entendimento dos textos.

## 6. Referências

BALDUINO A. M.; BANDEIRA M.; FREITAS S. **A língua portuguesa de São Tomé e Príncipe**. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/79197>. Acesso em: 03/11/2023.

BERNARDES, B. G. A democratização silenciosa: a cooperação parlamentar portuguesa nos países lusófonos. **Análise social**. v. 50, n. 216, p. 518-45, 2015. Published by: Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível em: [http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS\\_216\\_a03.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_216_a03.pdf). Acesso em: 23/07/2022.

# VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

CARDOSO, C. Desenclavar as Ciências Sociais na África Lusófona: a Iniciativa Especial do CODESRIA. **Revista de Antropologia**, v. 60, n. 3, p. 89-111, 2017. JSTOR. Disponível em: [www.jstor.org/stable/26605379](http://www.jstor.org/stable/26605379). Acesso em: 25/07/2022.

COUTO, H. H. do; EMBALÓ, F. Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP. n. 20, **Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**. Thesaurus Editora. 2010.

Dados Mundiais. Disponível em: <https://www.dadosmundiais.com/língua/portugues>. Acesso em: 18/11/2023.

DESTRI, L. **Pela sobrevivência das línguas indígenas**. Com auxílio de tecnologia, pesquisadores atuam para evitar desaparecimento de idiomas nativos existentes no Brasil. Pesquisa. 2018. FAPESP. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/pela-sobrevivencia-das-linguas-indigenas/>. Acesso em: 18/11/2023.

FANON, F. **Por uma revolução africana**: textos políticos / Frantz Fanon; Tradução Carlos Alberto Medeiros. 1a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. Título original: Pour la Révolution Africaine. Disponível em: <https://cdl-static.s3-sa-east-1.amazonaws.com/trechos/9788537819128.pdf>. Acesso em: 18/11/2023.

FURTADO, A. B. R. **Administração e gestão da educação na Guiné-Bissau - incoerências e descontinuidades**. Universidade de Aveiro, 2005. UA - Teses de doutoramento. Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/1098>. Acesso em: 27/07/2024

GALTUNG, J. Cultural Violence. Author(s): Johan Galtung Source: **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, Aug., 1990. Published by: Sage Publications, Ltd. Stable. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/423472>. Acesso em: 03/11/2023.

GALTUNG, J. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3., p. 291-305, Aug. 1990. Disponível em: <http://www.galtung-institut.de/wp-content/uploads/2015/12/Cultural-Violence-Galtung.pdf>. Acesso em: 02/07/2022.

GUINÉ-BISSAU. **Plano Setorial da Educação (2017-2025)**. Ministério da Educação Nacional, junho de 2017. Guiné-Bissau. Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau, de 2010. Disponível em: <https://media.unesco.org/sites/default/files/webform/r2e002/66ed11bae55d3ab337a6c6d2f0b8a69be4fe5638.pdf>. Acesso em: 03/11/2023.

GUINÉ-BISSAU. **Dados Mundiais**. 2023. Grupos étnicos. Disponível em: [https://www.dadosmundiais.com/africa/guine-bissau/index.php#google\\_vignette](https://www.dadosmundiais.com/africa/guine-bissau/index.php#google_vignette). Acesso em: 27/07/2024

LEANDRO, F. da S. Desafios à unidade geopolítica da lusofonia. Instituto da Defesa Nacional. **National Defense Institute of Portugal**, 2017, p. P2-P8, Idn Brief: November 2017. Disponível em: [www.jstor.org/stable/resrep19090.2](http://www.jstor.org/stable/resrep19090.2); <http://hdl.handle.net/10400.26/22815>. Acesso em: 16/12/2023.

MANÉ, A.; ABREU, S. E. A. de. **A política educacional guineense**: gratuidade e obrigatoriedade, necessidades na atualidade do ensino básico ao ensino secundário Início /Arquivos / v. 6, n. 1, 2021. Anais da X Mostra Científica do Curso Pedagogia da

# VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

UniEVANGÉLICA / Disponível em:

<http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/pedagogia/article/view/6933>. Acesso em: 03/11/2023.

MARTINS, M. de L. **Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia**

**Coordenação:** Moisés de Lemos Martins. Capa: António Modesto © Edições Húmus, 2015. Impressão: Papelmunde, SMG, Ltda. – V. N. Famalicão 1. ed.: novembro de 2015.

Disponível em:

[http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/issue/view/181](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/181). Acesso em: 16/12/2023.

ONU News. EMBALÓ, António Spencer. **Entrevista. Secretário da Cultura da Guiné-Bissau quer crioulo guineense como língua oficial**. 25 fevereiro 2020. Disponível em:

<https://news.un.org/pt/story/2020/02/1705191#:~:text=Secret%C3%A1rio%2C%20o%20crioulo%20%C3%A9%20a,tudo%20foi%20claramente%20em%20crioulo>.

Acesso

PORTUGAL. **Decreto de 22 de novembro de 1823. Leis do Império**. Manda executar provisoriamente o projecto de lei da Assembléa Constituinte sobre liberdade de imprensa. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dim/DIM-22-11-1823.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-22-11-1823.htm). Acesso em 30/12/2021.

QUIMABÉ, D. A. **Português Língua Não Materna como Língua de Ensino na Guiné-Bissau**: Implicações na Aprendizagem. Mestrado em Português Língua Não Materna. 2022. Mestrado em Português Língua Não Materna. Dissertação orientada pelo Professor Doutor Ricardo.

ROCHA-TRINDADE, M. B. Espaços de Herança Cultural Portuguesa – Gentes, Factos, Políticas. **Análise Social**, v. 24, n. 100, Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. p. 313-51, 1988. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41010756>. Acesso: 27/12/2021.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org). **Epistemologias do Sul**, 2009. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>. Acesso em: 02/03/2022.

SANGUIN, A.-L. **São Tomé e Príncipe, as ilhas do meio do mundo**: avaliação crítica sobre sua geografia política. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.9018>. Acesso em: 03/11/2023.

STORTO, L. R. **Línguas indígenas**: tradição, universais e diversidade. Campinas, SP: Mercado de Letras. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002954033>. Acesso em: 13/11/2023.

TIMBANE, A. A.; REZENDE, M. C. M. A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. **Travessias**. Cascavel, v.10, n. 3, 28. ed. p. 388-408, 2016. Disponível em:

[https://www.academia.edu/38181857/A\\_L%C3%8DNGUA\\_COMO\\_INSTRUMENTO\\_OPR\\_ESSOR\\_E\\_LIBERTADOR\\_NO\\_CONTEXTO\\_LUS%C3%93FONO\\_O\\_CASO\\_DO\\_BRASIL\\_E\\_DE\\_MO%C3%87AMBIQUE](https://www.academia.edu/38181857/A_L%C3%8DNGUA_COMO_INSTRUMENTO_OPR_ESSOR_E_LIBERTADOR_NO_CONTEXTO_LUS%C3%93FONO_O_CASO_DO_BRASIL_E_DE_MO%C3%87AMBIQUE). Acesso em: 03/11/2023.

# VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

TIMOR-LESTE. **Decreto-Lei Nº 11 /2017 de 29 de março.** Regime de utilização das línguas oficiais no sector da justiça. Disponível em: [https://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2018/traducao/Traducao\\_REGIME\\_DE\\_UTILIZACAO\\_DAS\\_LINGUAS\\_OFICIAIS\\_NO\\_SECTOR\\_DA\\_%20JUSTI%C3%87A.PDF](https://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2018/traducao/Traducao_REGIME_DE_UTILIZACAO_DAS_LINGUAS_OFICIAIS_NO_SECTOR_DA_%20JUSTI%C3%87A.PDF). Acesso em: 18/11/2023.

UNEB. Universidade do Estado da Bahia. Disponível em: <https://portal.uneb.br/>. Acesso em: 26/07/2024

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on disability.** Genebra, 2011. Disponível em: [https://www.who.int/disabilities/world\\_report/2011/report.pdf](https://www.who.int/disabilities/world_report/2011/report.pdf). Disponível em: <https://www.who.int/teams/noncommunicable-diseases/sensory-functions-disability-and-rehabilitation/world-report-on-disability>. Acesso em: 31/12/2021.

XIMENES, A. da C. Geopolítica de Timor-Leste no Sudeste Asiático: **Estratégia de Hedging de Timor-Leste Vis-À-Vis a Austrália e a Indonésia.** Universidade do Minho Escola de Economia e Gestão Tese de Doutoramento Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais, 2021. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/77309/1/Alarico%20da%20Costa%20Ximenes.pdf>. Acesso em: 18/11/2023.

---

Dra. Mariângela Carvalho Dezotti

Doutora pela USP. Membro do Grupo de Pesquisa de Políticas de Educação Especial da Faculdade de Educação da FEUSP. Docente do Ensino Superior da Faculdade de Sequencial.

---

Dra. Carla Biancha Angelucci

Doutora pela USP. Docente do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação - USP.